

CLARISSA FRANCINE CRUZ DE SOUZA

A EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de licenciado em Educação Física, no Curso de Licenciatura em Educação Física, Departamento de Educação Física, Setor de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof^a. Dr. Maria Regina Ferreira da Costa

CURITIBA

2007

...não existe o certo, o errado, o fácil e o
difícil. Você escolhe o que melhor pra você na hora,
e acaba dando certo...

DEDICATÓRIA

À minha mãe Ivani da Cruz, por sempre ter me incentivado a sonhar e a ir em busca dos meus sonhos; e ao meu pai Jorge Ferreira de Souza, que sempre me manteve de olhos abertos e com os pés no chão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Professora Dr^a Maria Regina Ferreira da Costa: ‘me fez pensar, talvez não da mesma maneira com que pensa, mas fez pensar’; e especialmente à Karina Jacques do Carmo, pelo apoio, não apenas na realização deste trabalho, mas em todos os momentos.

SUMÁRIO

RESUMO	VII
1. INTRODUÇÃO	9
PERGUNTAS NORTEADORAS.....	10
2. REVISÃO DE LITERATURA.....	11
2.1 O ENSINO NOTURNO	11
2.1.1 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	12
2.1.1.1 QUEM SÃO OS/AS ALUNOS/AS DOS PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS?	16
2.1.2 A EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO NOTURNO	18
2.2 CULTURA CORPORAL	22
3. METODOLOGIA.....	25
4. ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES.....	28
5. CONCLUSÕES	32
6. REFERÊNCIAS	33

RESUMO

Este estudo teve como finalidade analisar o significado e sentido da Educação Física na Educação de Jovens e Adultos no Colégio Estadual Xavier da Silva. Para tanto foi realizada uma pesquisa em torno da especificidade do/a aluno/a do ensino noturno; da Educação de Jovens e Adultos; o enfoque da Educação Física na Educação de Jovens e Adultos; qual o conhecimento que a Educação Física a ser trabalhado com os/as alunos/as e, os problemas da Educação Física na Educação de Jovens e Adultos. Foram observados cinco encontros das aulas de Educação Física da Educação de Jovens e Adultos do Colégio Estadual Doutor Xavier da Silva perfazendo um total de 20 aulas. Entrevistei a professora, um aluno e uma aluna da turma observada. A partir das observações e das entrevistas fiz as análises das informações. Através desse estudo foi possível confirmar alguns aspectos já encontrados na literatura sobre este tema como: a predominância de alunos adolescentes recém-saídos do ensino regular; tanto professores/as quanto alunos/as chegam às aulas cansados pelo trabalho realizado durante o dia; a falta de preparação para se trabalhar com o/a aluno/a trabalhador/a; entre outros e encontrar aspectos específicos da escola e dos alunos que participaram do estudo como por exemplo: os/as alunos/as tanto do ensino fundamental quanto do ensino médio assistem às aulas de Educação Física juntos; os/as alunos/as deste colégio têm as mesmas características dos alunos do ensino médio regular; as aulas foram basicamente voltadas para o esporte; entre outros.

Palavras-chave: Educação Física, Educação de Jovens e Adultos.

1. INTRODUÇÃO

No sexto (6º) período do curso de Educação Física, na disciplina de 'Currículos em Educação Física', surgiu o meu interesse pela Educação de Jovens e Adultos. Tal motivação surgiu a partir de discussões realizadas em sala de aula, particularmente quando li sobre a dispensa da Educação Física no ensino noturno, mais especificamente, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº. 9394/96.

Tendo presente à quase inexistência da prática, devido as dispensadas expressas na lei acima citada, na Educação Física Escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a pouca exploração deste tema em pesquisas me dedico nesta monografia, a estudar sobre as especificidades dessa área de conhecimento. Envolve-me com a temática inicialmente com vontade de aprender buscando subsídios nas peculiaridades da EJA para argumentar sobre a especificidade dessa modalidade de ensino e o que a Educação Física tem realizado aos alunos/as da Educação de Jovens e Adultos.

A partir do entendimento de que a Educação Física pode vir a representar um espaço de ruptura entre o tempo de trabalho e de não trabalho, através da cultura corporal, busco com este estudo, elementos para a inserção crítica desta disciplina na Educação de Jovens e Adultos.

Entretanto, até o final do de 2003, a Educação Física era regida pela Lei nº. 9394/96, que tornava a Educação Física facultativa nos cursos noturnos. Com tal característica o Conselho Nacional de Educação aconselhava que caberia aos alunos/as participarem ou não das aulas de Educação Física e também a escola o direito de oferecer ou não a disciplina.

Em dezembro de 2003, a redação da lei anterior foi alterada e tornou a prática da Educação Física facultativa ao aluno/a com:

- carga de trabalho igual ou superior a seis horas;
- mais de trinta anos de idade;

- que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física;
- amparado pelo Decreto-Lei nº. 1044, de 21 de outubro de 1969;
- ou que tenha filho/s.

Sendo assim, os/as alunos/as com qualquer uma dessas características acima citadas estão amparados por lei na possibilidade de fazer ou não as aulas práticas de Educação Física. Diante do exposto, o problema desse estudo foi o de investigar: Qual o significado e o sentido da Educação Física na Educação de Jovens e Adultos no Colégio Estadual Doutor Xavier da Silva?

PERGUNTAS NORTEADORAS

Qual a especificidade do/a aluno/a do ensino noturno?

O que é a Educação de Jovens e Adultos?

Qual a especificidade do/a aluno/a da Educação de Jovens e Adultos?

Qual o enfoque da Educação Física na Educação de Jovens e Adultos?

Qual o conhecimento que a Educação Física deve proporcionar aos alunos/as?

Quais são os problemas da Educação Física na Educação de Jovens e Adultos?

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 O ENSINO NOTURNO

Neste apartado descrevo quem é o alunado do ensino noturno e como esse turno de ensino vem sendo proposto e efetivado atualmente, já que a Educação de Jovens e Adultos é trabalhada no noturno.

O/a aluno/a do ensino noturno, na sua totalidade, chega à escola após uma jornada de trabalho, muitas vezes já reprovado/a pelo cansaço. Nas salas de aula observam-se os baixos índices de produtividade, os altos índices de desistência e a freqüência irregular às aulas.

Em sua grande maioria, este/a aluno/a evade e desiste da escola, porque o que aprende na sala de aula pouco tem a ver com o mundo do trabalho.

Para GATTO e VEIT, citado por MUSIAL (2001, p. 13), "... o trabalho se constitui em discurso não-escolar ou, melhor, em ausência no currículo da EJA". Sendo assim, essa ausência representa inadequação dos conteúdos da EJA às necessidades dos seus alunos/as.

Quanto à organização curricular segundo Gonçalves et al (2005) mesmo os cursos diurnos e noturnos tendo características pedagógicas diferentes, eles têm a Proposta Curricular organizada e efetivada como se fossem idênticos.

As propostas curriculares do ensino noturno não levam em conta a concepção de mundo do aluno-trabalhador, nem o saber que ele produz e se apropria no trabalho ou nas suas experiências culturais. Isto quer dizer que há um desprezo quanto à cultura dos/as alunos/as trabalhadores/as.

Sobre esse respeito Freire (1996) relata que o professor e a escola devem respeitar os saberes trazidos e construídos socialmente pelos educandos na prática comunitária e discutir com os alunos a razão desses

saberes para que apreendam o conhecimento e tomem consciência de si e do mundo.

Muito da dificuldade encontrada para se refletir sobre o ensino noturno está no processo de aprendizagem que caracteriza a desconexão entre os conteúdos programáticos e o mundo vivido pelos/as estudantes deste turno.

Conforme Carvalho, citada por Carneiro (2006), sem o diálogo entre o trabalhador e o conteúdo de aprendizagem não há possibilidade que o conhecimento adquirido através do trabalho seja re-elaborado a partir da prática escolar. Sem esse diálogo é difícil que o trabalhador conheça os meios de superação de sua condição social e os limites e possibilidades que lhe são impostos pela sociedade.

Outro aspecto importante a ser abordado é a busca do/a professor/a e do aluno/a em estabelecer relações entre ambos de modo significativo.

De acordo com Carvalho, citado por Oliveira (1995), o/a professor/a que trabalha com os/as alunos/as do ensino noturno é aquele que geralmente atua nos dois períodos, em busca de melhor remuneração. Os/as docentes do noturno não recebem uma preparação para trabalharem com estes alunos/as.

A necessidade de compreender o/a aluno/a do ensino noturno é de fundamental importância para que o processo de aprendizagem dê bons resultados.

2.1.1 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Após o relato de algumas características do/a aluno/a do ensino noturno, considero necessário apontar algumas características da Educação de Jovens e Adultos, não no sentido de classificá-los, demarca-los, mas com o intuito de aproximar da realidade dos/as alunos/as.

Educação de Jovens e Adultos – EJA – é o modo com que a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – se refere a educação de pessoas sem escolaridade regular completa.

De acordo com o artigo 37 da lei nº. 9.394/96 da nova LDB (BRASIL, 2001), a EJA vem oferecer aos jovens e adultos que não se alfabetizaram ou mal se alfabetizaram na idade própria, a oportunidade para recuperarem o tempo perdido.

Nas últimas décadas, a Educação de Jovens e Adultos tem despertado a atenção dos governos em vários países do mundo, de organizações não governamentais, movimentos sociais, sindicais, universidades e empresas.

Segundo Ribeiro (2001) com a crescente expansão do ensino fundamental que aconteceu no Brasil, principalmente a partir de 1970, os índices de analfabetismo absoluto¹ da população jovem e adulta vêm diminuindo consideravelmente.

No entanto, estas expansões dos sistemas educativos juntamente com a complexidade da estrutura social, fizeram do analfabetismo um campo mais amplo de problematização teórica e prática, integrando níveis mais elevados de habilidades de leitura e escrita, relacionando estas habilidades às diferentes práticas culturais.

Em 1958, a Unesco disseminou o termo analfabetismo funcional, que se refere às pessoas com um nível rudimentar de conhecimentos da linguagem escrita, insuficiente para enfrentar as exigências impostas por seu contexto de vivência.

Nos últimos anos, o termo alfabetismo ou letramento, que seria uma ampliação do sentido de alfabetização, disseminou-se no Brasil. Isto, por influência dos países desenvolvidos onde o nível de preocupação com o analfabetismo é diferente quando comparados com países em desenvolvimento.

Musial (2001) alerta que os países desenvolvidos se ocupam com questões relativas à EJA na perspectiva da educação continuada, enquanto os

¹ Percentual da população com 15 anos ou mais que não sabe ler ou escrever um simples bilhete.

países em desenvolvimento se ocupam com a luta pela democratização das oportunidades educacionais básicas para a população de jovens e adultos.

Ainda que, nos últimos anos, tenha-se avançado muito na compreensão do fenômeno do alfabetismo e nas propostas pedagógicas para o ensino da linguagem escrita, há muito que se conhecer a respeito, especialmente no campo da educação de jovens e adultos.

A investigação da Musial evidenciou a existência de pequena quantidade de trabalhos de pesquisa na área da EJA. No entanto, nos últimos cinco anos, percebe-se um crescimento do número de pesquisas nas linhas da pós-graduação.

O conhecimento sistematizado sobre essa modalidade de educação e a necessidade atual de contribuições para a sua melhor compreensão aparecem como uma realidade incontestável.

Em um estudo, citado por Ribeiro (2001), realizado na cidade de São Paulo e finalizado em 1997, constatou que 7,4% da população encontravam-se como analfabetos absolutos, 25,5% como analfabetos funcionais e 67,1%, demonstraram possuir um nível básico de compreensão da leitura. A autora observou ainda que aproximadamente a metade desse último grupo, com níveis mais altos de habilidade é que faz uso mais intenso e diversificado da linguagem escrita, lêem jornais, entre outros.

A partir desses resultados, confirma-se a magnitude da demanda por programas variados de educação de jovens e adultos,

(...) que possam tanto saldar o déficit educacional dessa população (41% da amostra não tinham a escolaridade completa) como garantir-lhe, ao longo da vida, oportunidades de desenvolvimento cultural e profissional associados à manutenção e à ampliação das habilidades relacionadas ao alfabetismo. (RIBEIRO, 2001, p. 47)

É importante lembrar que o homem/mulher está situado/a de acordo com as condições oferecidas pela sociedade onde se encontra, que determina as possibilidades e circunstâncias materiais, econômicas e culturais de seu trabalho e neste sentido, a sociedade trabalha sobre ele/ela.

No entanto, isto não significa que o homem/mulher adulto analfabeto é objeto da vontade da sociedade, porque nessa vontade também se encontra a do próprio homem.

De acordo com Freire (2005), a classe dominante, que são os opressores, trata os oprimidos como coisas. Mas é necessário que os oprimidos existam para que os próprios opressores existam e sejam generosos, isto é, para que façam a falsa generosidade.

No entanto, essa generosidade dos opressores é uma falsa generosidade, porque ela acontece apenas para manter os opressores na condição de classe dominante e os oprimidos na condição de objeto.

Desta forma, é necessária a luta dos oprimidos pela recuperação de sua humanidade, tentando recuperar a generosidade verdadeira.

Para isto, o oprimido deve tomar consciência crítica da opressão, ou seja, saber-se nesta situação. Assim poderá afastar-se no sentido de problematizar a situação, para repensar sobre essa condição, para enfim libertar-se. Por esse motivo, somente através da práxis, que é ação-reflexão, é possível fazê-lo.

Freire (2005) afirma que não é possível estar no mundo, como ser humano, sem estar com ele. E este estar com o mundo e com os outros é que dá o sentido da política, do compromisso com o mundo.

Vale lembrar que de acordo com Pinto (1982) o trabalhador não sente falta da educação formal quando a educação que recebe através do trabalho lhe proporciona participação política e atuação em seu meio. Assim sendo, a condição de analfabeto ou semi-analfabeto não representa obstáculo à consciência de seu papel social.

Diante dessa situação, torna-se cada vez mais necessária a educação de adultos, não para criar uma participação já existente, mas para que esta se faça de forma consciente que consciência de si e do mundo.

2.1.1.1 QUEM SÃO OS/AS ALUNOS/AS DOS PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS?

Neste apartado faço referência a algumas peculiaridades do/a aluno/a da Educação de Jovens e Adultos.

No Brasil, há mais de 35 milhões de pessoas maiores de catorze anos que não completaram quatro anos de escolaridade.

Famílias que vivem em situação econômica precária enfrentam grandes dificuldades em manter as crianças na escola; e seus esforços nesse sentido são também mal recompensados, já que as escolas a que têm acesso são pobres de recursos e normalmente não oferecem condições de aprendizagem adequadas.

É cada vez mais reduzido o número daqueles/as que não tiveram nenhuma passagem anterior pela escola; e é também cada vez mais dominante a presença de adolescentes e jovens recém-saídos do ensino regular, por onde tiveram passagens acidentadas. (COEJA, 2001)

A quase totalidade dos/as alunos/as desses programas, incluídos/as os/as adolescentes, são trabalhadores/as, que acumulando responsabilidades profissionais e domésticas ou reduzindo seu pouco tempo de lazer, dispõe-se a frequentar cursos noturnos, na expectativa de melhorar suas condições de vida.

“A maioria nutre a esperança de continuar os estudos: concluir o 1º grau, ter acesso a outros graus de ensino e a habilitações profissionais”. (COEJA², 2001, p. 36)

As salas de aula da EJA estão repletas de estudantes que apresentam pluralidade de experiências de vida, demandas, necessidades e motivações heterogêneas, disparidade quanto à idade, aos níveis de construção do

² Coordenação Geral de Educação de Jovens e Adultos

conhecimento escolar e às expectativas pessoais, ou seja, trazem conhecimentos, crenças e valores já constituídos numa pluralidade de condições.

É a partir do reconhecimento do valor de suas experiências de vida e visão de mundo que cada jovem e adulto pode se apropriar das aprendizagens escolares de modo crítico e original, sempre na perspectiva de ampliar sua compreensão, seus meios de ação e interação com o mundo.

Apesar das pessoas pouco letradas possuírem muitos conhecimentos válidos para a vida, elas são excluídas de muitas possibilidades que a nossa cultura oferece³. Muitas vezes, elas interpretam essa desvantagem como incapacidade, a ponto de não reconhecerem como tal aquilo que sabem como conhecimento válido.

Nesse sentido, é de fundamental importância que o conteúdo ensinado parta da realidade do/a alfabetizando/a, do que ele/ela já conhece, do valor pragmático das coisas e dos fatos de sua vida cotidiana, de suas situações existenciais, para a superação do senso comum.

A educação autêntica, repitamos, não se faz de A para B ou de A sobre B, mas de A com B, mediatizados pelo mundo. Mundo que impressiona e desafia a uns e a outros, originando visões ou pontos de vista sobre ele. Visões impregnadas de anseios, de dúvidas, de esperanças ou desesperanças que implicam temas significativos, à base dos quais se constituirá o conteúdo programático da educação. (FREIRE, 2005, p. 97)

Reitero que os adultos têm uma idéia do que seja a escola, muitas vezes construída baseada na escola que eles freqüentaram brevemente quando crianças. Quase sempre se lembram dela com carinho apesar do fato de terem que abandoná-la ou de nunca terem tido chance de freqüentá-la. Há muitos casos em que o retorno à escola tem como objetivo ajudar seus filhos/as nas tarefas escolares, ou simplesmente, dar-lhes bom exemplo.

Com relação aos adolescentes, essa situação tende a ser diferente. Normalmente retornando depois de um período recente de sucessivos

³ Devido à necessidade da certificação e/ou titulação. Por exemplo: o emprego, cursos profissionalizantes, leitura de livros, jornais, etc.

fracassos na escola regular. Têm, portanto, uma relação mais conflituosa com as rotinas escolares.

A imagem que os/as educandos/as têm da escola está relacionada com a imagem que têm de si mesmos dentro dela. Experiências passadas de fracasso e exclusão normalmente produzem nos jovens e adultos uma auto-imagem negativa.

Nos mais velhos, essa baixa auto-estima se traduz em timidez, insegurança, bloqueios. Nos mais jovens, é comum que a baixa auto-estima se expresse pela indisciplina e auto-afirmação negativa ('se não posso ser reconhecido por minhas qualidades, serei reconhecido pelos meus defeitos').

2.1.2 A EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO NOTURNO

Após descrever as características do/a aluno/a do ensino noturno, como este turno tem sido proposto e efetivado, a situação atual da EJA e algumas peculiaridades de seus/suas alunos/as é necessário compreendermos como a Educação Física aparece nesse turno de ensino e o que dizem alguns autores/as sobre esse tema.

A legislação não parece interessada com a socialização do conhecimento abarcado pela Educação Física junto aos alunos/as trabalhadores/as e torna cada vez mais evidente o fato de que o que confere a legitimidade a Educação Física na escola é a legislação.

No ano de 1996, o parágrafo 3º do artigo 26 da lei nº. 9.394/96 da nova LDB estabeleceu que:

§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos. (BRASIL, 2001, p. 17)

Ao estabelecer a educação física como componente curricular facultativo nos cursos noturnos, o Conselho Nacional de Educação esclareceu, por meio

do Parecer nº. 05/97, que o/a aluno/a decidiria participar ou não das aulas de Educação Física e a escola poderia oferecer ou não a disciplina.

Ao acrescentar a facultatividade da Educação Física no ensino noturno HERMIDA (2000, p. 63) assinala que ficou caracterizada a existência de dois tipos de escolas, formadoras de dois tipos distintos de cidadãos:

Uma delas, onde os brasileiros têm a possibilidade de acesso, por direito às diversas disciplinas e conteúdos que caracterizam por lei os currículos escolares; e a outra feita com disciplinas e conteúdos facultativos para aqueles que, além de trabalhar, têm a necessidade de freqüentar estabelecimentos de ensino noturnos nos seus horários de descanso.

Ainda sobre a inclusão da disciplina de Educação Física no ensino médio noturno segundo Carneiro (2003) na investigação desenvolvida em onze escolas sobre a representação dos diretores de escolas públicas estaduais de Niterói sobre a disciplina de Educação Física. A autora destaca que somente uma escola oferecia Educação Física para seus alunos/as, mostrando que o fato da Educação Física não ser obrigatória na época, influenciou na sua inclusão/exclusão no turno da noite.

Em dezembro de 2003, o decreto – lei nº. 10.793, citado por CARNEIRO (2006), alterou a redação do artigo 26 da lei anterior para a seguinte:

A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno⁴:

- I – que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas;
- II – maior de trinta anos de idade;
- III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física;
- IV – amparado pelo Decreto-Lei nº. 1.044⁵, de 21 de outubro de 1969;
- V – (Vetado)
- VI – que tenha prole.

⁴ Grifo meu

⁵ Este decreto-lei diz respeito aos alunos que tenham alguma incapacidade física permanente ou aguda e com isso possuem o direito a tratamento especial e/ou exercícios domiciliares.

Tal lei parece contribuir apenas para a reserva de mais uma parte do mercado de trabalho aos profissionais de Educação Física, o ensino noturno.

No entanto, no que diz respeito à participação dos alunos/as nas aulas de Educação Física a lei não faz tanta diferença, pois a grande maioria dos/as alunos/as dos cursos noturnos são trabalhadores, com jornada de trabalho igual ou superior a seis horas, o que permite que sejam dispensadas das aulas de Educação Física.

Os jovens e adultos que, principalmente pela necessidade de trabalhar, precisaram abandonar a escola e, com isso, não tiveram acesso ao ensino da educação física, continuarão excluídos de seu ensino, caso retornem à escola nos cursos supletivos previstos. Seus corpos foram duas vezes excluídos da educação física. (SOUZA e VAGO, 1997, p. 128)

Analisando o pensamento dos autores acima citados, a educação física permanece entendida na nova lei como um componente curricular que atua sobre um corpo apenas biológico, aumentando o cansaço desses trabalhadores/as – alunos/as e comprometendo seu rendimento no trabalho.

Parece-me que o fim e propósito da facultatividade da Educação Física é apenas minimizar o desgaste físico em que se encontra o/a aluno/a após a jornada de trabalho.

Vale ressaltar que:

Os pressupostos dessa lei são questionáveis, porque vinculam a área a um suposto gasto de energia que os alunos, já exaustos pelo trabalho, não teriam condições de suportar no período noturno. Tal conclusão reflete uma concepção ultrapassada de Educação Física, baseada exclusivamente em parâmetros energéticos e fisiológicos, e desconhece a possibilidade da adequação de conteúdos e estratégias às características e necessidades dos alunos que trabalham, bem como a possibilidade de inclusão de conteúdos específicos – aspectos ergonômicos dos movimentos e da postura, trabalho e lazer, exercícios de relaxamentos e compensação muscular. (COEJA, 2002, p. 196-197)

É importante frisar que a Educação física ultrapassa a idéia de estar voltada apenas para o ensino do gesto motor correto, pois há uma discussão na educação física escolar sobre sua legitimidade da mesma como disciplina escolar que abrange a cultura corporal.

Segundo o documento citado acima, a inclusão da Educação Física na Educação de Jovens e Adultos representa a possibilidade para os/as alunos/as do contato com a cultura corporal. A apropriação dessa cultura, por meio da Educação Física na escola, pode e deve se constituir num instrumento de inserção social, de exercício da cidadania e de melhoria da qualidade de vida.

Diante do que acontece na Educação Física na Educação de Jovens e Adultos observo que de um modo geral que os/as alunos/as trabalhadores/as estão em desvantagem em relação aos demais, por não poderem dedicar-se integralmente aos estudos, tendo que dividir atenção e disposição entre os estudos, o trabalho e muitas vezes a família.

Contribuindo a ampliação do conceito de Educação Física o professor Jocimar Daólio, citado por Oliveira (1995) considera que a Educação Física trabalha o corpo como sendo a totalidade do indivíduo, que se expressa através de movimentos, sentimentos e atuações no mundo, e não apenas um conjunto de ossos e músculos a serem treinados.

Daólio citado por Darido et al (1999), discute a importância da Educação Física para o/a aluno/a trabalhador/a. O autor propõe uma Educação Física para o/a aluno/a trabalhador/a que ofereça oportunidade para uma atividade pessoal, em contrapartida ao trabalho; que permita um relaxamento, em oposição ao automatismo exigido no trabalho; que permita a prática de atividades prazerosas, em oposição à rigidez e ao caráter repressivo de muitos trabalhos; aulas que permitam aos alunos/as convivência e relacionamento em grupo, que o trabalho, às vezes, não permite; e aulas que permitam uma aprendizagem global, que alie o cognitivo ao afetivo-vivencial.

Oliveira (1995) diz que a importância da Educação Física para os/as alunos/as do curso noturno, que na sua maioria são trabalhadores/as, justifica-se principalmente considerando as condições de trabalho, a necessidade de convivência em grupo, o desenvolvimento corporal e a necessidade de dispêndio de energia, e a necessidade de uma aprendizagem integral do educando.

É importante incluir na perspectiva do ensino, a possibilidade de resgatar a memória construída pelos educandos/as, valorizar e respeitar a história pessoal do/a aluno/a e, sobre ela, reconstruir e continuar construindo seus significados sobre a cultura corporal.

(...) nas condições de verdadeira aprendizagem os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo. (FREIRE, 1996, p. 26)

Compreendo que a Educação Física na escola noturna deverá realizar um esforço na tentativa de fazer com que os/as alunos/as trabalhadores/as participem da aula nesta disciplina, já que os/as mesmos/as encontram-se amparados por lei na sua escolha de não participação.

Entendo que é necessário olhar para o problema de forma que esta situação possa oferecer ao professor/a de Educação Física a oportunidade de repensar e desenvolver a reflexão pedagógica sobre as suas aulas. Os/as professores/as devem se perguntar o que ensinar, para que ensinar, a quem ensinar, por que ensinar e finalmente, como ensinar. Sejam essas aulas tanto no ensino diurno como no noturno.

A Educação Física deve lutar pela sua legitimidade junto à sociedade mesmo que respaldada pela legislação, mas que também demonstre através de suas ações a finalidade educativa.

2.2 CULTURA CORPORAL

Para o entendimento da importância da Educação Física como disciplina do currículo escolar é preciso analisar o conhecimento que esta disciplina proporciona aos alunos/as.

Primeiramente enfatizo que a Educação Física escolar que tem como objeto de estudo a aptidão física contribui historicamente com os interesses da

classe dominante no poder e procura manter a estrutura da sociedade capitalista. Com tal prática o objetivo é o de educar o homem forte, ágil, apto, e a partir disso, adaptar o homem à sociedade, alienando-o da sua condição de sujeito histórico, capaz de interferir na transformação da mesma.

De acordo com o Coletivo de autores (1992), buscando o desenvolvimento da aptidão física, o conhecimento necessário é o exercício de atividades corporais que lhe permitam atingir o máximo rendimento de sua capacidade física. Por isso, nessa perspectiva, o esporte é o conteúdo selecionado, e as modalidades esportivas escolhidas são geralmente as mais conhecidas e com prestígio social, como o futebol, voleibol, basquete e handebol. E ainda, "... os conteúdos de ensino são sistematizados na forma de técnicas e táticas dos considerados fundamentos dos esportes, como: o passe, o drible, os arremessos etc."

Porém, a Educação Física escolar na perspectiva da reflexão sobre a cultura corporal, busca desenvolver uma reflexão pedagógica sobre as formas de representação do mundo que o homem/mulher tem produzido ao longo da história, exteriorizadas pela expressão corporal:

(...) jogos, danças, lutas, exercícios ginásticos, esporte, malabarismo, contorcionismo, mímica e outros, que podem ser identificados como formas de representação simbólica de realidades vividas pelo homem, historicamente criadas e culturalmente desenvolvidas. (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 38).

Segundo Coletivo de autores (1992, p. 61): "... a Educação Física é uma disciplina que trata, pedagogicamente, na escola, do conhecimento de uma área denominada cultura corporal".

Configuram a cultura corporal atividades corporais como: jogo, esporte, ginástica, dança e outros. Assim sendo, a Educação física é uma prática pedagógica escolar que tematiza formas de atividades expressivas corporais e que tem como conteúdo o jogo, o esporte, a dança, a ginástica, entre outros.

Os temas da cultura corporal, tratados na escola, "... expressam um sentido/significado onde se interpenetram, dialeticamente, a intencionalidade/objetivos do homem e as intenções/objetivos da sociedade". (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 62)

É necessário compreender as relações que estes conteúdos têm com os problemas sócio-políticos atuais como: ecologia, gênero, sexualidade, saúde, trabalho, preconceitos, classe e outros.

A partir da reflexão sobre tais problemas o objetivo é o de possibilitar ao aluno/a entender a realidade social na qual está inserido/a. Ou seja, a escola deve promover a apreensão da prática social, e para isso, os conteúdos devem ser buscados dentro dela.

O aprofundamento sobre a realidade através da problematização de conteúdo desperta no/a aluno/a curiosidade e motivação, o que pode incentivar uma atitude científica.

Portanto, a escola, numa perspectiva de uma pedagogia crítica superadora⁶, deve selecionar os conteúdos da Educação Física, com o objetivo de promover a leitura da realidade.

E desse modo, analisar a origem do conteúdo e conhecer o que determinou a necessidade de seu ensino, além de se considerar a realidade material da escola, pois o "... conhecimento da Educação Física supõe a adequação de instrumentos teóricos e práticos, sendo que algumas habilidades corporais exigem, ainda, materiais específicos". (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 64).

⁶ Ideologia marxista, fundamentada no discurso de justiça social. Tendo como critério para seleção dos conteúdos a relevância social, contemporaneidade e características sócio-cognitivas do aluno.

3. METODOLOGIA

Neste estudo utilizei a metodologia qualitativa de estudos de caso que tem como finalidade investigar qual o significado e sentido das aulas de Educação Física na Educação de Jovens e Adultos do Colégio Estadual Doutor Xavier da Silva, localizada na cidade de Curitiba – Paraná.

De acordo com Gil (2002) o estudo de caso é caracterizado pelo estudo aprofundado de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir seu conhecimento amplo e detalhado.

Conforme MARTINS (2004, p. 289)

“... a pesquisa qualitativa é definida como aquela que privilegia a análise de micro processos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais, realizando um exame intensivo dos dados e caracterizada pela heterodoxia no momento da análise”.

Faz parte da pesquisa qualitativa, a obtenção de dados descritivos mediante contato direto e interativo do/a pesquisador/a com a situação objeto de estudo. O/A pesquisador/a procura entender os fenômenos segundo a perspectiva dos participantes da situação estudada, e a partir daí, situa sua interpretação dos fenômenos estudados.

Durante a realização do trabalho foi necessário seguir algumas etapas para que fosse possível articular as informações pesquisadas com o referencial teórico.

Inicialmente tive um contato com o acervo bibliográfico referente ao assunto da Educação de Jovens e Adultos. Foi necessária a leitura sobre as questões do ensino noturno e a EJA, para verificar sua situação atual. E, em seguida, uma leitura sobre a cultura corporal, como área de conhecimento da Educação Física.

Num segundo momento, fui ao Colégio Estadual Doutor Xavier da Silva, onde pude observar as aulas de Educação Física de duas turmas da EJA.

A observação constitui na maneira mais apropriada para que eu pudesse conhecer a realidade. Isto é, nas observações houve intervenção da pesquisadora no campo de estudo. No entanto, torna-se difícil observar o comportamento humano sem produzir nele algum tipo de interferência, ou seja, a observação pode provocar alterações no comportamento das pessoas que estão sendo observadas, destruindo sua espontaneidade. (GIL, 2002)

Para este trabalho, observei cinco encontros da EJA coletiva, sendo os encontros eram de 4 aulas cada encontro, totalizando 20 horas/aulas observadas.

Reitero que o Colégio Estadual Doutor Xavier da Silva oferece duas modalidades de EJA: a individual e a coletiva. Na individual, o/a aluno/a tem que assistir a 64 hora/aula de Educação Física. Na coletiva, os/as alunos/as devem assistir a 16 encontros da disciplina, sendo que cada encontro tem 4 hora/aula, completando da mesma forma 64 hora/aula.

Contudo, nas duas modalidades, o/a aluno/a pode fazer uma prova em que, de acordo com o número de acertos, poderá diminuir o número de hora/aula a assistir. Por exemplo, se o/a aluno/a acertar 50% da prova, precisará assistir apenas a 32 horas/aula da disciplina.

Ao final das observações pude conversar com alguns alunos/as e com a professora de Educação Física da turma, obtendo informações sobre o ponto de vista deles/delas sobre a Educação Física na EJA e como esta acontece no colégio.

Esta conversa foi caracterizada como uma entrevista, pois foi uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes buscou coletar dados e a outra se apresentou como fonte de informação. (GIL, 2002)

Enquanto técnica de coleta de dados, a entrevista é adequada para obtenção de informações sobre o que as pessoas sabem, crêem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca de suas explicações ou razões das coisas precedentes.

Durante as minhas observações aconteceram: uma aula sobre voleibol, com uma parte teórica e outra prática; um vídeo sobre dança; uma aula onde ficaram disponíveis os tabuleiros de xadrez; e duas aulas em que os/as alunos/as foram dispensados/as para realização de outras atividades. Nestas aulas, não consegui perceber relação entre os objetivos que a professora mencionou para a Educação Física com a EJA com a forma com que ela trabalhou os conteúdos com a turma.

4. ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES

A primeira característica que observei na turma foi que todos/as os/as alunos/as eram jovens, com idade entre 17 e 21 anos, comprovando que na EJA há predominância de jovens recém-saídos do ensino regular tal como assinala COEJA, 2001.

Outro aspecto interessante foi o de que a EJA é constituída pelo ensino fundamental (1º e 2º segmento) e ensino médio. No entanto, para as aulas de Educação Física no colégio, a professora não realiza essa divisão. Isto é, alunos/as tanto do ensino fundamental quanto do ensino médio assistem às aulas de Educação Física juntos.

O modo como a professora trabalha com alunos/as pode estar relacionado com o que diz Vygotsky (1991) quando considera alguns dos estímulos auxiliares no desenvolvimento e no aprendizado como: os instrumentos da cultura no qual o indivíduo está inserido e a linguagem das pessoas que se relacionam com este.

O autor ainda cita em seu trabalho que o aprendizado é socialmente elaborado, sendo este, um processo social através do qual o aprendiz experiente pode dividir seu conhecimento com um aprendiz menos avançado.

A partir disso, tem-se que o aprendizado não é biologicamente determinado, mas sim, socialmente facilitado.

Desta forma, ao não separar os/as alunos/as do ensino fundamental e do ensino médio para as aulas de Educação Física pode constituir-se em um estímulo auxiliar para o desenvolvimento e aprendizado socialmente construído.

A professora de Educação Física da turma trabalha com a EJA tem pouca experiência com essa modalidade de ensino, pois faz somente um ano que desenvolve essa experiência. Durante a conversa que tivemos, ela me disse que entre os objetivos da Educação Física com a EJA estão: apropriação

dos conteúdos de forma reflexiva e crítica, resgate de valores como cidadão (respeito, solidariedade,...), integração social e formação humana. Saliendo que para isso, desenvolve os seguintes conteúdos: esportes, ginástica, atividades rítmicas e expressivas, jogos e brincadeiras, saúde, lazer e recreação, e xadrez.

Explicou a relevância da Educação Física na EJA da seguinte forma: "O movimento está presente em nosso dia-a-dia, com ele nos comunicamos com os outros, com o mundo, mostra que estamos presente refletindo, criticando, participando e construindo nossa história. E na EJA isso não pode ser diferente".

Contudo, no decorrer das aulas, não consegui perceber relação entre os objetivos que a professora relatou para a Educação Física com a EJA com a forma com que ela trabalhou os conteúdos com a turma, que foram o voleibol, a dança e o xadrez. Talvez isso tenha acontecido pelo momento das observações.

Também é importante ressaltar que o colégio oferece a EJA há dois anos e não tem material específico para essa modalidade de ensino, porém, existe a intenção de se organizar apostilas para o desenvolvimento das diferentes atividades. A professora trabalha com material próprio de acordo com a proposta da EJA e do Projeto Político Pedagógico da escola. Mas, a professora poderia ter utilizado o livro doado pela Secretaria de Educação sobre a Educação Física, pois ali há uma abordagem da Educação Física na concepção da cultura corporal.

A professora enfatizou ainda que, na escola não é exigido ao professor/a formação especializada para atuação na EJA. São ofertados cursos de capacitação, palestras e orientações de uma forma geral. No entanto, ela não tem conhecimento se há preparação específica para o ensino da Educação Física na EJA.

Isso confirma que os/as professores/as que trabalham no período noturno, e especificamente com a EJA, não recebem uma preparação para trabalhar com estes alunos/as, conforme cita Oliveira (1995).

No que diz respeito às dificuldades em se trabalhar com a EJA, a professora colocou que o período noturno requer uma dedicação diferenciada, pois tanto ela quanto os/as alunos/as já realizam várias atividades no decorrer do dia.

Como dito anteriormente, professora/a do turno da noite geralmente é aquele que trabalha na manhã e a tarde, em busca de melhor remuneração, e o/a aluno/a do período noturno chega para a aula já cansado/a, após uma jornada de trabalho (Oliveira, 1994).

E como aspectos positivos das aulas, ela colocou que como para estes/as alunos/as tudo é novidade e existe a necessidade de aprender, eles/as dão importância para toda a informação que é dada. Mas, observei que a maioria dos/as alunos/as são como os/as alunos/as do ensino médio regular: chegam atrasados, alguns não prestam atenção e outros participam da aula, fazem brincadeiras, etc.

Como forma de avaliação, a professora disse que ela faz uma avaliação processual ao final de cada atividade ou conteúdo.

Conversei também com um aluno de 19 anos e com uma aluna de 17 anos da turma, onde questionei sobre a necessidade e a importância da Educação Física para a EJA.

O aluno disse que acredita que as aulas de Educação Física são necessárias na EJA, no entanto não soube justificar a sua importância. Ele disse que não havia aprendido muita coisa, apenas alguns fundamentos do xadrez.

Quanto à reflexão crítica o que a professora comenta, me pareceu que havia desencontros, já que o aluno dizia que não aprendeu muito. Será que a professora leva em conta os anseios e dificuldades dos/as alunos/as?

Já a aluna disse que não acredita que a Educação Física seja necessária na EJA. E justificou sua opinião dizendo que, como os alunos desta modalidade de educação são na maioria adolescentes, eles só querem saber de 'bola na quadra' e não querem aprender os fundamentos. Há aqui a idéia de

que a aula de Educação Física é jogo e como os meninos são socializados a viver mais “livremente” e a participar mais amplamente das práticas corporais, as meninas nessas aulas são discriminadas. Talvez a estereotipia de gênero seja o motivo das disparidades das respostas da aluna e do aluno.

5. CONCLUSÕES

De acordo com a finalidade do estudo que foi o de analisar o significado e sentido da Educação Física na Educação de Jovens e Adultos no Colégio Estadual Xavier da Silva pude verificar que:

- houve predominância de jovens recém-saídos do ensino regular;
- os/as alunos/as tem as mesmas características dos/as alunos/as do ensino médio regular;
- a professora não recebeu preparação específica para trabalhar com estes alunos/as;
- as aulas de um modo geral estavam voltadas para o jogo;
- a proposta que a professora diz contemplar não foi observada na prática;
- tanto a professora quanto os/as alunos/as já realizam atividades no decorrer do dia.

A partir disso, acredito que os/as professores/as devem se perguntar o que ensinar, para que ensinar, a quem ensinar, por que ensinar e finalmente, como ensinar, sejam essas aulas tanto no ensino diurno como no noturno.

O/a professor/a de Educação Física pode utilizar da realidade aqui exposta, para repensar a Educação Física que queremos e desenvolver a reflexão pedagógica sobre as suas aulas, pois estas devem ser momentos de reflexão sobre a cultura corporal, ou seja, através do jogo, expressão corporal, esporte, jogos, brincadeiras, podemos tomar consciência de nós mesmos.

6. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**: Lei n. 9.9394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei Darcy Ribeiro): Plano Nacional de educação. 2ª ed. Bauru, SP: Edipro, 2001. (Série Legislação)

CARNEIRO, Elaine de Brito. A representação social de diretores de escolas públicas estaduais de Niterói sobre a inclusão da Educação Física no ensino médio noturno. **Anais do VII Encontro Fluminense de Educação Física Escolar**. p. 54-57, Dept. de Educação Física e Desportos, 2003.

CARNEIRO, Elaine de Brito. Confrontos e perspectivas da Educação Física escolar no ensino noturno. **Revista Digital**. Buenos Aires, ano 11, nº 101. p. 1-9. Outubro, 2006.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino da educação física**. São Paulo: Cortez, 1992. (Coleção magistério. 2º grau. Série formação do professor)

COORDENAÇÃO GERAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – COEJA. **Proposta curricular para o 1º segmento da Educação de Jovens e Adultos**. São Paulo: ação Educativa; Brasília: MEC, 2001.

COORDENAÇÃO GERAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – COEJA. **Proposta curricular para o 2º segmento da Educação de Jovens e Adultos**. Ensino Fundamental. Volume 3. 2002.

DARIDO, Suraya Cristina; GALVÃO, Zenaide; FERREIRA, Lílian Aparecida; FIORIN, Giovanna. Educação Física no ensino médio: reflexões e ações. **MOTRIZ**. Vol. 5, n. 2. p. 138-145, Dezembro, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 35ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 43ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GONÇALVES, Lia Rodrigues; PASSOS, Sara Rozinda Martins Moura Sá dos; PASSOS, Álvaro Mariano dos. Novos rumos para o ensino médio noturno – como e por que fazer? **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.** Rio de Janeiro. V. 13, n. 48, p. 345-360, jul./set. 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HERMIDA, Tom. O lugar da educação Física na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: trajetória, limites e perspectivas. **Revista Paranaense de Educação Física**. Volume 1, Número 1, p. 55-65. Maio, 2000.

MARTINS, Heloísa H. T. de S. **Metodologia qualitativa de pesquisa. Educação e pesquisa.** São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289-300, maio/ago. 2004

MUSIAL, Gilvanice Barbosa da Silva. O conceito de trabalho na educação de jovens e adultos. **Cobenge. Eco**, p. 8-14. 2001.

OLIVEIRA, Edelnice Aparecida. **O ensino noturno, destino do aluno trabalhador...e a prática de educação física dentro do contexto escolar.** Curitiba, 1995. Monografia (Graduação em Educação Física). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1995.

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições sobre educação de adultos.** São Paulo: Cortez, 1982.

RIBEIRO, Vera Masagão. **A promoção do alfabetismo em programas de educação de jovens e adultos.** In: RIBEIRO, Vera Masagão. Educação de jovens e adultos: novos leitores, novas leituras. Campinas: Mercado de letras: Associação de leitura do Brasil – ALB; São Paulo: Ação educativa. 2001. (Coleção Leituras no Brasil)

SOUZA, Eustáquia Salvadora de; VAGO, Tarcísio Mauro. O ensino de Educação Física em Face da Nova LDB. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte.** São Paulo, 1997. p. 121-141.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.